

Representantes presentes da Câmara Social

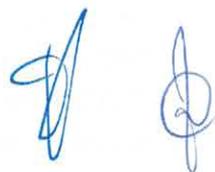
1. Salvador Arnone (OAB) – suplente
2. Ricardo Law (UNIP)
3. Luciana Vanni Gatti (INPE)
4. Lincoln Delgado (GCE)
5. Carlos Renó (Vila Letônia e Adj.)
6. Ralf Gielow (SAVIVER)
7. Daniela do Amaral Moretti (AABEA)
8. Renato Veneziani (SIND. RURAL)
9. Maria Rita Singulano (ACONVAP) -
suplente
10. Ronaldo Madureira (SEURBS)
11. Valdir Martimiano Dias (SEURBS) -
suplente
12. Rodolfo Marcos Venâncio (SEURBS)
13. Paulo Caon (SEURBS)
14. Dolores Moreno Pino (SEURBS)
15. Bruna Azevedo Leite (SEURBS) -
suplente
16. Georges Salim Assaad Junior (GARD)
17. Angela Hiromi Kamogari Baldan (SS)
18. Vinícius de Pinho Correa (SIDE)
19. Alberto Vasconcellos Queiroz (SFX) -
suplente
20. Gabriela Bettiati Fachini (SMC) -
suplente
21. Wellington Nelson Zancheta (URBAM)
22. Gustavo Bahia (SABESP)
23. Dulce Rita (Câmara)

Demais cidadãos presentes

1. Renato A. Kanaoka da Silva
(SEURBS)
2. Wilson Cabral de Sousa Jr.
(Munícipe)
3. Jorge M. Sanabria (SABESP)
4. José Fábio Rodrigues
(SEURBS/SIDE)
5. Lucas Lacaz Ruiz (Rede Agro)
6. Klécia Massi (UNESP)
7. Elisa M. Kovacs Farinha (SEURBS)
8. Paula Cabral (SEURBS)

Ausências justificadas

1. Gustavo Souza Nilo Bahia Diniz
(SABESP)
2. Luiz Roberto Barretti (ABES)
3. Daniele de Freitas Carvalho (SEC)
4. Kelly Caramelo (SASP)
5. Sueleide Prado (Vale Verde)
6. Adriano Bressane (UNESP)
7. Fábio Gouvêa (AEA)



Pauta:

- 01 - Aprovação de ATAS - reunião extraordinária de 10/06/19 e reunião ordinária de 13/06/19;**
- 02 – Balanço da “Semana do Meio Ambiente”;**
- 03 – Devolutiva da Câmara Técnica de Zoneamento;**
- 04 – Informes da Câmara Técnica do Plano Municipal da Mata Atlântica;**
- 05 – Prestação de contas/balanço do FUMCAM (Fundo Municipal de Conservação Ambiental) e FMSE (Fundo Municipal de Serviços Ecológicos).**

1 Às catorze horas e vinte minutos do dia dezoito de julho de dois mil e dezenove, o
2 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM Lincoln Delgado
3 (GCE), deu início à reunião ordinária, cumprimentando os presentes e agradecendo a
4 presença de todos. Esclareceu que com relação às atas que seriam submetidas a
5 Plenário para aprovação, alguns Conselheiros e Municípios enviaram e-mails
6 solicitando correções e que a Secretaria Executiva já havia atendido aos pedidos.
7 Seguidamente, o Conselheiro Ralf Gielow sugeriu submeter ao Plenário a proposta a
8 fim de que a ata da Reunião Extraordinária, que foi transcrita levando em consideração
9 a integralidade do áudio, fosse condensada, objetivando melhor compreensão da
10 Reunião. Em seguida, o Presidente do COMAM, Lincoln Delgado, justificou a decisão
11 de transcrever a ata de acordo com a integralidade do áudio, colocando que as falas
12 foram muito longas e importantes, evitando que qualquer detalhe fosse perdido. Logo
13 depois, a pedido do Presidente do COMAM, o Secretário Executivo Pedro Ortiz disse a
14 respeito da empresa contratada pela SEURBS para transcrever os áudios das
15 reuniões, lamentando o equívoco na grafia da palavra “cerrado” e esclarecendo que,
16 após procedimento licitatório, outra empresa foi contratada, esperando-se, portanto,
17 melhor qualidade nos serviços prestados. O Conselheiro Ricardo Law, seguidamente,
18 solicitou que as atas transcritas na literalidade sejam submetidas à revisão ortográfica,
19 mencionando o episódio da palavra “cerrado” que havia sido escrita com “s”. Ralf
20 Gielow disse em seguida que muito provavelmente a empresa utilizou-se de programa
21 para transcrição e dado que as palavras “cerrado” e “serrado” são homófonas, a
22 transcrição acabou saindo com erro. Em seguida, avançando na pauta proposta, o
23 Presidente do COMAM passou a palavra para o Diretor do Departamento de Gestão
24 Ambiental da SEURBS, Eng. Ronaldo Madureira, para que ele apresentasse o balanço
25 da “Semana do Meio Ambiente”. Assim, Ronaldo Madureira cumprimentou a todos e
26 iniciou sua apresentação dizendo que a “Semana do Meio Ambiente” não foi bem uma
27 “Semana” já que teve início no dia primeiro de junho e fim em vinte e dois de junho.
28 Mencionou que no dia primeiro de junho houve uma ação do grupo de
29 “Educomunicação”, que envolve o Programa Nascentes, que abrange trinta e quatro
30 nascentes que a prefeitura cuida em área urbana; esta ação foi um “Cineclube

31 Ambiental” em uma escola do Vista Verde, com a apresentação do documentário “Água
32 mole em pedra dura”. No dia quatro de junho foi realizado um evento envolvendo as
33 UBS's que participam do projeto de cultivo de horta comunitária. No dia cinco de junho,
34 quando se comemora o dia mundial do Meio Ambiente, a SEURBS decidiu
35 homenagear os poucos municípios que ligam no 156 solicitando o plantio de árvore
36 defronte à sua residência; assim deslocou equipes da Prefeitura até os locais para
37 realizar o plantio solicitado. No dia seis de junho, foi o dia de plantio de pomar na
38 creche que fica localizada no Pinheirinho dos Palmares, sendo que no dia sete a
39 mesma atividade foi realizada na Escola Estadual Cel. João Cursino, no Jardim São
40 Dimas. No dia nove de junho foi inaugurado o posto de troca de recicláveis por pontos
41 no Parque Vicentina Aranha. No dia seguinte, a ação foi realizada pelas crianças
42 matriculadas na Creche do Putim, no PEV do bairro, quando foram plantadas árvores
43 frutíferas. Dia quatorze de junho, ação conjunta da Prefeitura, Polícia Ambiental,
44 CETESB e demais entidades promoveram fiscalização na zona leste do Município. No
45 dia quinze foi realizada atividade de requalificação do espaço público no bairro Vista
46 Verde em parceria com a SAVIVER, que mobilizou a comunidade local, além de grupos
47 de escoteiros, com a plantação de 50 (cinquenta) árvores frutíferas nativas. Em
48 seguida, no dia dezessete de junho, o evento foi promovido em parceria com o Instituto
49 Lixo Zero e OAB, quando foram proferidas palestras sobre resíduos. Seguidamente,
50 provocado pela liderança local do bairro Campo dos Alemães, que solicitou
51 providências da Prefeitura a fim de requalificar três pontos de descarte irregular, a
52 equipe da Prefeitura foi até o local para promover o plantio de frutíferas. Ato contínuo
53 informou que também no Distrito de São Francisco Xavier foram realizadas atividades
54 específicas durante a “Semana do Meio Ambiente”. Mencionou o “Programa Jacutinga”
55 que envida esforços para reintroduzir a ave na mata. Houve também roda de conversa
56 sobre Meio Ambiente na Escola Mercedes Rachid, quando plantaram horta em formato
57 de mandala, aproveitando melhor o espaço. No dia sete de junho, foi proferida uma
58 palestra pelo próprio Eng. Ronaldo Madureira sobre resíduos sólidos. No dia oito de
59 junho, foi realizada a limpeza do Rio do Peixe, sendo também um momento importante
60 para a educação ambiental, com atividades também na região central do Distrito, como
61 a “rua de lazer”. Finalizando sua apresentação, o Diretor Ronaldo Madureira
62 mencionou as atividades realizadas pela FUNDHAS, convidando a todos para
63 participar da vindoura “Semana da Árvore” em setembro. Logo depois, o Conselheiro
64 Salvador Arnone (OAB) questionou o Diretor Ronaldo Madureira sobre como é feita a
65 observação dos pássaros e em resposta foi-lhe dito que o grupo responsável pela
66 observação de pássaros cria itinerários, trilhas, pontos de observação, etc. Em
67 seguida, o Presidente do COMAM Lincoln Delgado (GCE) disse que há tempos
68 existiam pedidos das pousadas, hotéis e restaurantes de São Francisco Xavier no
69 sentido de elaborar um catálogo de identificação das aves do Distrito Assim, a
70 ALUPAR, empresa que fará as torres de energia da Zona Norte de São José,
71 patrocinou a elaboração do catálogo com mais de trezentas espécies de aves, sendo
72 que este material está sendo doado para as escolas e comércios do Distrito e uma
73 parte foi separada para a distribuição para os membros do COMAM. A fim de

74 prosseguir com a pauta, passou-se a palavra para o Diretor Rodolfo Venâncio
75 (Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras da SEURBS) para
76 apresentação relativa à revisão da Lei de Zoneamento. Foi lembrado pelo Presidente
77 do COMAM que se constituiu uma Câmara Técnica com membros do COMAM e do
78 CMDU objetivando discussões a respeito do tema. Assim, o Diretor Rodolfo Venâncio
79 iniciou sua fala cumprimentando a todos e passou a mostrar documento com os
80 registros de todas as reuniões da mencionada Câmara Técnica, sendo que a primeira
81 foi no dia dois de abril e a última datou de dezessete de julho, perfazendo um total de
82 vinte e três reuniões. Ressaltou a pluralidade de participantes, contando com membros
83 dos Conselhos, além de técnicos da Prefeitura. Mencionou ainda que o texto estava
84 passando por alterações pontuais. Destacou que mais de setenta contribuições foram
85 acolhidas no texto da lei em proposição, demonstrando a influência dos Conselheiros.
86 Informou também que sugestões ainda estavam passando por análise dos técnicos da
87 Prefeitura, ressaltando que o texto não estava totalmente fechado. Em seguida, o
88 Presidente do COMAM pediu que o material apresentado fosse publicado no site do
89 COMAM e em seguida passou a palavra para o Conselheiro Ricardo Law (UNIP), que
90 questionou a respeito do rito que se adotaria a partir deste momento e sobre o
91 recebimento de documento oriundo da AEA solicitando prazo. O Diretor Rodolfo
92 Venâncio respondeu que não havia chegado qualquer documento oriundo da AEA.
93 Sobre o rito, esclareceu que os técnicos ainda estariam recepcionando sugestões até o
94 dia vinte e dois de julho e que a partir desta data iriam fazer uma revisão geral do texto
95 da lei, além de analisar sugestões. Concluídos os trabalhos na SEURBS, o texto irá
96 para a Assessoria Técnico-Legislativa da Prefeitura para adequação da técnica
97 legislativa e, posteriormente, será feito o protocolo na Câmara Municipal. O Diretor
98 Rodolfo informou não saber informar com propriedade sobre o rito na Câmara
99 Municipal, mas colocou que o projeto tem prazo para oferecimento de emendas, além
100 do trâmite pelas Comissões Temáticas do Legislativo Municipal. O Conselheiro
101 Ricardo Law pergunta se há possibilidade de dilação de prazo para que a AEA possa
102 elaborar mais estudos a respeito do projeto, quando lhe é informado que não,
103 ressaltando que o calendário fora, inclusive, aprovado pelo CMDU. Ricardo Law pede
104 que fique registrada uma fala do Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade Eng.
105 Marcelo Manara quando do final da audiência pública ocorrida da Casa do Idoso
106 Centro, segundo a qual o Secretário disse que poderia ser cobrado se as contribuições
107 somassem menos de vinte por cento do texto que será encaminhado para a Câmara
108 Municipal. O Diretor Rodolfo Venâncio disse desconhecer, em mais de vinte anos de
109 Prefeitura, um texto de zoneamento que foi objeto de tamanha participação popular.
110 Ricardo Law indaga se o Eng. Rodolfo Venâncio pode retornar ao COMAM a fim de
111 discutir mais sobre o tema, quando lhe foi respondido que está à disposição da
112 Presidência para voltar quando necessário. A seguir, o Presidente do COMAM
113 perguntou ao Conselheiro Ricardo Law se a discussão que ele pretende realizar será
114 sobre o texto já aprovado pela Câmara, quando foi informado que gostaria que o
115 Diretor Rodolfo retornasse ao COMAM logo depois do protocolo do texto no Legislativo,
116 para que o debate gire em torno do texto final que saiu da SEURBS. Seguidamente, o

117 Presidente do COMAM passou a palavra para o munícipe Sr. Wilson Cabral que iniciou
118 sua fala cumprimentando a todos e parabenizando o Diretor Rodolfo Venâncio pelo
119 trabalho realizado. Em seguida, requer deixar registrado a respeito da ausência de
120 dados editáveis dos mapeamentos que, segundo ele, foram fornecidos em formato
121 PDF, obrigando-o a digitalizá-los. Depois pergunta quem são os membros da Câmara
122 Técnica oriundos do CMDU. O Diretor Rodolfo responde que existem membros da
123 AELO, AEA, OAB, ACONVAP e Universidades, além de ressaltar que a composição
124 era paritária entre entidades e membros do Poder Público. Wilson Cabral menciona o
125 total de doze membros e diz que a maioria dos componentes ou eram oriundos das
126 entidades do setor imobiliário ou da Prefeitura, demonstrando, segundo ele, o peso que
127 foi dado ao setor imobiliário e a membros do Poder Público. O munícipe questiona
128 ainda sobre os principais dissensos e como foram resolvidos. O Diretor Rodolfo diz ser
129 complicado elencar os dissensos, mas pode citar como exemplos o questionamento a
130 respeito de ter uma mancha única em uma região inteira, bem como questões
131 envolvendo o Bosque Betânia, Jardim Esplanada, etc. Wilson Cabral pergunta para
132 onde enviar as sugestões de modo a oficializar o protocolo e se mostra preocupado
133 com a questão econômica em detrimento da proteção ao meio ambiente eis que,
134 segundo ele, a Prefeitura retirou as Zonas de Proteção Ambiental I e II do quadrante
135 sul do Município e as transformou em ZPE e Zona Industrial, além de deixar os
136 remanescentes de Cerrado por conta de autorizações chancelares do Poder Público,
137 dizendo que há risco enorme de corrupção. Pede, assim, a manutenção das Zonas de
138 Proteção Ambiental I e II, dizendo que tem consciência que, após balanço, as Zonas
139 aumentaram, mas na Zona Norte do município. O Diretor Rodolfo Venâncio esclarece
140 que o projeto de lei em formatação contempla preocupação ambiental e, com relação
141 ao protocolo das contribuições, diz que poderiam ter sido feitas durante as audiências
142 públicas, bem como podem ser feitas na própria Secretaria ou por meio eletrônico. Em
143 seguida, a palavra é passada para a Conselheira Daniela Moretti (AABEA) que diz
144 reiterar tudo o quanto foi dito pelo munícipe Wilson Cabral, além de solicitar que a
145 demarcação das áreas de cerrado sejam mais claras nos mapas, além da demarcação
146 da APA do Paraíba do Sul. Em seguida, o Presidente do COMAM diz que de fato é
147 necessário que tal demarcação seja feita de forma mais clara, de modo a identificar as
148 áreas com mais facilidade e precisão. Daniela Moretti retoma a palavra a fim de deixar
149 registrada a indagação a respeito das punições ao crime ambiental, que segundo suas
150 palavras, ocorreu na região do Jardim Interlagos. Wilson Cabral retoma a palavra para
151 dizer que os estudos já existem, foram pagos pela Prefeitura e que é preciso utilizá-los.
152 Lucas Lacaz, da Rede Agro, sugere que a Prefeitura crie uma Escola de Formação
153 Pública a fim de fomentar estudos a respeito do Plano Diretor, Lei de Zoneamento. Em
154 seguida, o Presidente do COMAM, passa a palavra novamente para o Diretor Ronaldo
155 Madureira para que ele discorra a respeito do Plano Municipal da Mata Atlântica e do
156 Cerrado. Ronaldo Madureira inicia sua fala dizendo da constituição de uma Câmara
157 Técnica para discussão do assunto. Coloca também que foi contratada uma empresa
158 para fazer um trabalho de estudos secundários e que será contratada uma empresa
159 para estudar as fitofisionomias da cidade, sendo um estudo de longo prazo. Destaca

160 que durante as oficinas de discussão da Lei de Zoneamento, com a utilização dos
161 mapas, foi possível ter uma visão parcial das áreas de cerrado. Menciona que um dos
162 resultados apontados ao fim das oficinas foi a necessidade de um estudo de longo
163 prazo da já mencionada fitofisionomia de toda a cidade. Lincoln Delgado, Presidente do
164 COMAM, reitera a necessidade de uma clara demarcação das áreas de cerrado. Em
165 seguida, Daniela Moretti (AABEA) pede a palavra e menciona que se for feita
166 comparação entre os estudos que foram pagos pela prefeitura e imagens atuais, muito
167 já foi colocado em cima de áreas de cerrado. Lincoln Delgado pergunta ao Diretor
168 Ronaldo Madureira se há prazo para que o Plano seja disponibilizado ao COMAM e lhe
169 é respondido que foi recepcionada a versão final elaborada pela consultoria e que
170 atualmente a Câmara Técnica está debruçada realizando revisão. Lincoln, então, pede
171 ao Diretor Ronaldo Madureira que seja estabelecido prazo para que o plano possa ser
172 disponibilizado, eis que corre há tempos. Wilson Cabral, munícipe, retoma a palavra e
173 insiste que já existe estudo custeado pela Prefeitura, realizado por Thais Lima com
174 estudo de campo e imagens de satélite. Menciona que na falta do mapa a Prefeitura
175 tem que arcar com a responsabilidade. Solicita, mais uma vez, que o mapa seja
176 utilizado como referência, além de requerer o envio da minuta do plano ao COMAM e à
177 sociedade interessada. Ato contínuo, a munícipe Klécia Massi diz a respeito de sua
178 preocupação com o “rascunho” do plano que recebeu no final do ano passado,
179 mencionando que ele não contempla as áreas “mais abertas” de cerrado da cidade.
180 Pede que não sejam ignoradas as áreas “mais abertas” de cerrado na cidade, mesmo
181 que estejam degradadas ou tenham presença de espécies invasoras. Lincoln Delgado,
182 presidente do COMAM, avançando na pauta passa a palavra para o Sr. José Fábio,
183 gestor de contratos da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade a fim de que ele
184 inicie sua apresentação a respeito da prestação de contas do FUMCAM e FMSE.
185 Assim, José Fábio cumprimenta a todos e inicia a sua apresentação. Esclarece que os
186 recursos do FUMCAM são oriundos das compensações ambientais, autorização de uso
187 do Parque da Cidade e rendimentos bancários de aplicações. Com relação ao FMSE,
188 diz que as receitas são oriundas do ICMS Ecológico e rendimentos bancários de
189 aplicações. Mostrando um quadro comparativo, demonstra que os valores do FUMCAM
190 estão sendo cada vez mais utilizados desde o ano de dois mil e quatorze. Em relação
191 ao FMSE diz que desde o mesmo ano, ou seja, dois mil e quatorze, as receitas e as
192 despesas também são crescentes. Em seguida, analisando um relatório consolidado
193 das despesas do FUMCAM, já enviado aos Conselheiros, destaca o pagamento de
194 taxas bancárias ao Banco do Brasil, manutenção do Parque da Cidade, contrato com a
195 Ecovale, monitoramento da salvaguarda da fauna da Via Cambuí, construção de PEV,
196 Educomunicação, termo de colaboração com “Amigos da Biblioteca”, dentre outros.
197 Seguidamente, passa a apresentar os gastos planejados do FUMCAM para o exercício
198 de 2019, quais sejam elaboração de políticas climáticas, contrato da Ecovale,
199 Educomunicação, construção do PEV, áreas contaminadas e salvaguarda da fauna.
200 Para o ano de 2020, tem-se a contrapartida da ANA, área contaminada do cemitério
201 Messias Palmeira, PEV de São Francisco Xavier, continuação do Projeto de Educação
202 Ambiental, obras relacionadas a dois PEV's, compras de mudas para o Projeto de



203 plantio de mudas nativas, restante do pagamento relativo ao Termo de Colaboração
204 com "Amigos da Biblioteca", estudo do cerrado - verba separada de R\$ 65.000,00
205 (sessenta e cinco mil reais), estudo do Parque da Cidade no valor de R\$ 200.000,00
206 (duzentos mil reais). Em seguida, o gestor de contratos da Secretaria de Urbanismo e
207 Sustentabilidade, Sr. José Fábio, passa a demonstrar o relatório consolidado relativo
208 ao FMSE. As despesas são referentes às tarifas bancárias do Banco do Brasil, locação
209 de máquina, contrapartida da AGEVAP, pagamento do PSA dos produtores, programa
210 do clima, PD instrumentos e Ecovale. Passa em seguida a prestar contas sobre o
211 planejamento dos gastos para o corrente ano – contrato com a PD instrumentos,
212 pagamento dos serviços ambientais, que são os PSA's, contrapartida da AGEVAP,
213 programa de revitalização de nascentes, contrapartida com o convênio com o FNMA, o
214 programa Observa, destacando sua importância para o município, o plano diretor
215 distrital de São Francisco Xavier. Assim, o Sr. José Fábio, finaliza sua apresentação.
216 Ato contínuo, antes de abrir para manifestação da Câmara Social, o presidente do
217 COMAM alerta para a importância de detalhamento de cada investimento relativo aos
218 Fundos. Em seguida, o gestor de contratos da SEURBS, José Fábio diz que tem os
219 dados detalhados de casa investimento, mas que lhe foi solicitado uma prestação de
220 contas mais simplificada. Continuamente, o representante suplente da OAB Salvador
221 Arnone questiona o Sr. José Fábio a respeito da localização do cemitério contaminado,
222 além de dizer que achou o valor pago a título de PSA muito pequeno, perguntando
223 também se nascentes localizadas em áreas particulares estão sendo contempladas.
224 José Fábio solicita que o Diretor Ronaldo Madureira o auxilie nas respostas, quando
225 este diz que o cemitério objeto do questionamento do Conselheiro fica localizado no
226 bairro de Santana, na Zona Norte do Município. Em relação ao pagamento dos PSA's,
227 diz que são três agricultores e que parte do pagamento também é realizada pela
228 AGEVAP. Logo depois, após provocação do Diretor Ronaldo Madureira, Paula Cabral,
229 que também é servidora da SEURBS, esclarece que os recursos são provenientes do
230 ICMS ecológico, mas que os pagamentos são irrisórios pelo fato de o gasto ser
231 realizado com um único projeto piloto na bacia de São Francisco Xavier. Depois, a
232 palavra é passada para o Conselheiro Ricardo Law (UNIP), que lamenta o fato de seus
233 questionamentos realizados através do 156 não terem chegado na integralidade ao
234 gestor de contratos. Em seguida, analisando os gráficos de evolução dos números
235 relacionados aos Fundos Municipais em debate, o Sr. Ricardo Law constata a grande
236 movimentação dos valores. Seguidamente, ele questiona a respeito da possibilidade de
237 os dados apresentados serem publicados no sítio eletrônico da Prefeitura, quando lhe é
238 respondido que sim. Sem demora, passa a relacionar todos os seus questionamentos
239 que não chegaram às mãos do gestor, sendo eles: projetos desenvolvidos com
240 recursos de cada fundo nos últimos cinco anos; projetos em desenvolvimento com
241 recursos de cada fundo; projetos em estudo e avaliação para uso de recursos do
242 FUMCAM. Em seguida, faz a leitura do decreto nº. 15.923, de 5 de junho de 2014,
243 destacando o não cumprimento do inciso V - *submeter, em ordem de classificação, a*
244 *lista de projetos habilitados à Câmara Social do Conselho Municipal de Meio Ambiente,*
245 ao longo de toda esta gestão do COMAM. O conselheiro Renato Veneziani, membro

246 deste Grupo Gestor do Fundo Municipal de Conservação Ambiental, declarou não
247 submeter à Câmara Social do Conselho Municipal de Meio Ambiente os projetos
248 habilitados, elegendo eles mesmos, quais projetos seriam contemplados, quando o
249 Presidente do Conselho, Sr. Lincoln Delgado menciona a necessidade de prestações
250 de contas mais rotineiras, esclarecendo que existe uma Câmara Técnica constituída
251 que já elaborou os balanços, aquiescendo com os investimentos. Citando o que
252 dispõem os artigos 9 e 10 dos Decretos 15.923/14 (Regulamentador do FUMCAM) e
253 15.922/14 (Regulamentador do FMSE), que assim mencionam: (Dec. 15.923/14) “Art.9º
254 *O Fundo Municipal de Conservação Ambiental será gerido e administrado pelo*
255 *Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM – através de Grupo Gestor do Fundo,*
256 *especificamente constituído para essa função. §1º O Grupo Gestor do Fundo Municipal*
257 *de Conservação Ambiental será presidido pelo Secretário de Meio Ambiente e será*
258 *composto por mais três representantes do Poder Executivo e três representantes*
259 *indicados pela Câmara Social do Conselho Municipal de Meio Ambiente. §2º A duração*
260 *do mandato do Grupo Gestor do Fundo Municipal de Conservação Ambiental será de*
261 *dois anos, coincidindo com o mandato dos conselheiros da Câmara Social. Art.10*
262 *Caberá ao Grupo Gestor do Fundo Municipal de Conservação Ambiental: I –*
263 *acompanhar a aplicação dos recursos financeiros relativos aos incisos I e II do artigo 5º*
264 *deste Decreto; II – elaborar os editais e submetê-los à apreciação da Câmara Social do*
265 *Conselho Municipal de Meio Ambiente antes de sua publicação; III – receber e habilitar*
266 *as propostas apresentadas de acordo com o edital publicado; IV – compor Comissão*
267 *Técnica para avaliação e priorização dos projetos apresentados; V – submeter, em*
268 *ordem de classificação, a lista de projetos habilitados à Câmara Social do Conselho*
269 *Municipal de Meio Ambiente; VI – prestar contas de suas atividades junto à Câmara*
270 *Social do Conselho Municipal de Meio Ambiente anualmente e (Dec. 15.922/14) “Art.9º*
271 *O Fundo Municipal de Serviços Ecológicos será gerido e administrado pelo*
272 *Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM – através de um Grupo Gestor do*
273 *Fundo Municipal de Serviços Ecológicos, especificamente constituído para essa*
274 *função. §1º O Grupo Gestor do Fundo Municipal de Serviços Ecológicos será*
275 *presidido pelo Secretário de Meio Ambiente e será composto por mais três*
276 *representantes do Poder Executivo e três representantes indicados pela Câmara Social*
277 *do Conselho Municipal de Meio Ambiente. §2º A duração do mandato do Grupo Gestor*
278 *do Fundo Municipal de Serviços Ecológicos será de dois anos, coincidindo com o*
279 *mandato dos conselheiros da Câmara Social. Art.10 Caberá ao Grupo Gestor do Fundo*
280 *Municipal de Conservação Ambiental: I – acompanhar a aplicação dos recursos*
281 *financeiros depositados em conta específica conforme disposto no artigo 5º deste*
282 *Decreto; II – elaborar os editais e submetê-los à apreciação da Câmara Social do*
283 *Conselho Municipal de Meio Ambiente antes de sua publicação; III – receber e habilitar*
284 *as propostas apresentadas de acordo com o edital publicado; IV – compor Comissão*
285 *Técnica para avaliação e priorização dos projetos apresentados; V – submeter, em*
286 *ordem de classificação, para apreciação e votação da Câmara Social do Conselho*
287 *Municipal de Meio Ambiente, a lista de propostas avaliadas pela Comissão Técnica; VI*
288 *– solicitar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Meio Ambiente toda a*

289 *movimentação financeira efetuada pelo Fundo Municipal de Serviços Ecossistêmicos,*
290 *ou toda a documentação dos projetos sempre que a Câmara Social do Conselho*
291 *Municipal de Meio Ambiente; VII – prestar contas anualmente, ou quando provocada,*
292 *de suas atividades junto à Câmara Social do Conselho Municipal de Meio Ambiente”,* o
293 Conselheiro Ricardo Law diz que no ano de dois mil e dezoito não foi realizada
294 prestação de contas, sendo rebatido de imediato pelo Sr. Lincoln, afirmando que foi
295 realizada prestação de contas. Ricardo Law reitera não ter visto a prestação de contas
296 do ano de dois mil e dezoito, momento em que convida o Sr. José Fábio (gestor de
297 contratos) a retornar ao COMAM na última reunião do ano para realizar prestação de
298 contas de dois mil e dezenove. Em seguida, invoca o artigo 11 dos decretos
299 regulamentadores dos Fundos, que assim dispõem: (Dec. 15.923/14) *Art.11 Caberá à*
300 *Câmara Social do Conselho Municipal do Meio Ambiente: I – indicar os membros da*
301 *Câmara Social que comporão o Grupo Gestor do Fundo Municipal de Conservação*
302 *Ambiental; II – definir, a partir das recomendações da Comissão Técnica, quais*
303 *projetos serão objetos de alocação de recursos pelo Fundo Municipal de Conservação*
304 *Ambiental e (Dec. 15.922/14) Art. 11 Caberá à Câmara Social do Conselho Municipal*
305 *do Meio Ambiente: I – indicar os membros da Câmara Social que comporão o Grupo*
306 *Gestor do Fundo Municipal de Serviços Ecossistêmicos; II – definir quais projetos serão*
307 *objetos de alocação de recursos pelo Fundo Municipal de Serviços Ecossistêmicos a*
308 *partir das recomendações da Comissão Técnica”,* questionando se os investimentos
309 foram analisados pela Câmara Social do COMAM, quando o presidente do COMAM diz
310 lamentar o uso reduzido dos fundos por parte da Sociedade Civil, sendo que as
311 demandas acabam vindo em sua maioria da SEURBS. Ricardo Law pede que os
312 decretos regulamentadores sejam seguidos à risca para que a Câmara Social discuta e
313 seja informada com antecedência dos projetos. Em seguida, ouvindo a manifestação
314 do Sr. Ricardo Law, o Diretor do Departamento de Gestão Ambiental da SEURBS, Eng.
315 Ronaldo Madureira, coloca que é uma prática da SEURBS levar a discussão de
316 projetos para discussão no COMAM, como foi o caso da arborização urbana. O
317 Conselheiro Ricardo Law destaca que, como membro da Câmara Social, não se
318 recorda de ter analisado e votado qualquer projeto que seja candidato à utilização dos
319 recursos dos Fundos Municipais. O Presidente do COMAM diz que há controle social e
320 que o mesmo deve ser aprimorado, o que será feito. Logo depois, o munícipe Wilson
321 Cabral reitera que os dados apresentados deveriam estar na internet, inclusive os
322 critérios para uso dos recursos dos Fundos. Pergunta se a construção de PEV's
323 deveria ser financiada com recursos do Fundo, assim como a manutenção do Parque
324 da Cidade. Diz que não houve qualquer discussão na Câmara Social, que não há
325 transparência e culpa a Presidência do COMAM, bem como o gestor do fundo.
326 Menciona ainda a ausência de edital público para que a sociedade possa acessar os
327 recursos dos fundos. Coloca que quando do lançamento dos editais, seja convocada
328 uma comissão externa para avaliação dos projetos para evitar que a própria Prefeitura
329 os julgue. O Presidente do COMAM diz concordar com todos os apontamentos feitos
330 pelo munícipe, não só com a questão da transparência, mas com o direcionamento dos
331 recursos para serem gastos em projetos efetivamente ambientais. Cobrado por

332 definição de datas, o Presidente do COMAM diz que na próxima reunião, agendada
333 para o dia 15 de agosto, a equipe da SEURBS fará uma apresentação mais detalhada
334 relativa aos investimentos e se compromete a convocar prestação de contas com mais
335 regularidade. Em seguida, a munícipe Klécia Massi reitera as palavras do Conselheiro
336 Ricardo Law e do munícipe Wilson Cabral, dizendo também que a respeito do projeto
337 “Linha Verde” este deveria ter sido objeto de discussão em sede de COMAM à época.
338 Relativamente à prestação de contas, Klécia menciona que era conselheira do COMAM
339 há época da assinatura do termo de colaboração entre SEURBS e “Amigos da
340 Biblioteca” e que não se recorda de o tema ter sido discutido com a Câmara Social do
341 COMAM. Questiona também o porquê de uma entidade denominada “Amigos da
342 Biblioteca” estar trabalhando com arborização urbana. O Presidente do COMAM,
343 Lincoln Delgado, esclarece que as “regras do jogo” já estão postas e que a
344 possibilidade de uma comissão externa pode ser debatida. Menciona ainda que há
345 necessidade de submissão da prestação de contas à Câmara Social. Logo depois, o
346 Conselheiro suplente Alberto Queiroz (São Francisco Xavier) menciona que através de
347 decreto elaborado na gestão do ex-prefeito Carlinhos Almeida foi determinada a
348 cobrança pelo uso do Parque da Cidade e que, em sua opinião, os recursos deveriam
349 ser revertidos ao próprio parque. Ricardo Law se manifesta mais uma vez e diz que os
350 membros do COMAM não estão exercendo seu papel, vez que se trata de dinheiro
351 público e solicita vista da ata da reunião em que se deu a prestação de contas do ano
352 de dois mil e dezoito. Salvador Arnone, conselheiro suplente da OAB, questiona a
353 respeito da destinação dos recursos arrecadados com o uso do Parque da Cidade,
354 dizendo que deveriam ser encaminhados ao COMPHAC. José Fábio responde que é
355 obedecida determinação constante de Decreto Municipal. O Diretor Ronaldo Madureira
356 reitera que os recursos dos Fundos são utilizados em projetos eminentemente
357 ambientais, mas que concorda em absoluto em conferir maior transparência aos dados.
358 Em relação ao questionamento formulado pela munícipe Klécia Massi, Ronaldo
359 Madureira responde que a entidade é denominada “Amigos da Biblioteca” pelo fato de
360 que o primeiro trabalho realizado pela Organização Social foi uma biblioteca solidária
361 no Distrito de São Francisco Xavier. José Fábio destaca que todo o processo que
362 envolveu o termo de colaboração entre a SEURBS e os “Amigos da Biblioteca”
363 obedeceu ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Em
364 seguida, o conselheiro Renato Veneziani destaca ter havido duas reuniões da Câmara
365 Técnica e que só aprovou o termo de colaboração do plano de arborização por saber
366 que já tinha sido objeto de discussão na Câmara Social. Wilson Cabral diz não
367 concordar com a fala do Diretor Ronaldo Madureira e nem com a do conselheiro
368 Renato Veneziani, eis que à época era conselheiro e não se lembra disso. Logo depois,
369 o representante da URBAM Wellington Zancheta pede a palavra para discorrer sobre o
370 que diz ser um direito de resposta da empresa, vez que ela havia sido citada pelo
371 presidente do COMAM, mencionando que não há repasse entre Prefeitura e URBAM,
372 mas que todas as transferências de verbas são realizadas mediante contrato e, com
373 referência às verbas da SABESP diz que foi realizada na gestão anterior e que há
374 processo judicial contra o ex-prefeito. Lincoln Delgado, presidente do COMAM, diz que

375 o que mencionou não tem relação com a fala do representante da empresa, mas que
376 não deseja “polemizar” o assunto. Menciona que há um repasse da SABESP para a
377 Prefeitura e que esta utiliza esse recurso para a URBAM, colocando que não é
378 responsabilidade desta gestão, mas que isso ocorre há, no mínimo, três mandatos,
379 destacando que não há ilegalidade, mas que a verba deveria ser utilizada para um fim
380 mais “nobre”. Seguidamente, a conselheira Luciana Gatti (INPE) questiona se o
381 COMAM é um conselho deliberativo. Lincoln Delgado prontamente esclarece que é um
382 conselho ligado ao Poder Executivo, de assessoramento ao Poder Executivo e que é
383 consultivo, ou seja, não delibera sobre os recursos. Logo após, o conselheiro Ralf
384 Gielow (SAVIVER) protesta pela construção de mais PEV’s, colocando como exemplo
385 que apesar do tamanho da região leste, existe apenas um PEV nela. Diz da
386 possibilidade de utilização de mais recursos dos fundos para a construção de PEV’s. O
387 conselheiro Renato Veneziani diz da existência de recursos no Comitê de Bacias, mas
388 da insuficiência de projetos. Apela aos demais conselheiros, principalmente aos
389 provenientes da academia, que busquem projetos para serem direcionados ao Comitê.
390 Wilson Cabral, em seguida, diz ter ficado surpreso com o fato de o presidente do
391 COMAM ter dito que soube pela imprensa sobre o projeto “Linha Verde”, dizendo que
392 há menosprezo por parte do Executivo em relação ao COMAM, aconselhando que os
393 membros do COMAM devem guardar uma foto da área da “Linha Verde”, dizendo que
394 no futuro não será mais “verde” em razão do projeto apresentado pela municipalidade.
395 Valdir Dias (SEURBS) diz que vive na Zona Sul e que lá o PEV é muito utilizado,
396 momento em que o presidente do COMAM diz que a construção de apenas um por ano
397 é um baixo número. Em seguida, Lincoln Delgado, questiona Paula Cabral (SEURBS) a
398 respeito da existência de novidades em relação ao Parque Augusto Ruschi, quando lhe
399 é respondido que o Conselho do Parque aguarda elaboração de decreto para a
400 realização de eleições. Diz ainda que o Secretário Marcelo Manara solicitou à Câmara
401 de Compensação Ambiental mais recursos para o Parque Augusto Ruschi,
402 mencionando que há um ano mais ou menos receberam recursos da URBAM.
403 Menciona que o parque está fechado pela ausência de saneamento no banheiro de
404 visitantes, mas que o procedimento licitatório já foi iniciado. Coloca-se à disposição
405 para voltar ao COMAM a fim de discorrer sobre o Parque Augusto Ruschi. Wilson
406 Cabral solicita que seja criada uma lista paralela de e-mails para o envio de
407 convocações do COMAM aos munícipes interessados. Em seguida, para falar sobre a
408 ALUPAR, o presidente do COMAM passa a palavra para o Conselheiro Georges
409 Assaad, que relata ter coordenado uma Câmara Técnica do COMAM para discutir a
410 possibilidade de um novo traçado para as linhas de transmissão de energia que sairá
411 de Atibaia e chegará ao Rio de Janeiro, passando pelo Distrito de São Francisco Xavier
412 e pelo Município de São José dos Campos. Menciona que moradores do distrito que se
413 sentiram prejudicados, formaram uma associação e procuraram o COMAM. Da Câmara
414 Técnica resultou um documento enviado ao IBAMA. Em suma, um novo traçado foi
415 desenhado pela ALUPAR que acabou por patrocinar a edição de um livro com diversas
416 espécies de pássaros do Distrito de São Francisco Xavier. Wilson Cabral retoma a
417 palavra para dizer, em especial à representante do INPE que o conselho adquiriu uma

418 função deliberativa na medida em que é gestor do fundo e que os editais para
419 utilização dos recursos deveriam ser votados pelo COMAM. Lincoln retoma a palavra e
420 repete que de fato é necessário que a Câmara Social tenha uma participação mais
421 efetiva nas decisões relacionadas à utilização dos fundos. Daniela Moretti (AABEA)
422 solicita que o novo traçado da ALUPAR seja enviado aos conselheiros para que tomem
423 ciência das alterações feitas. Continuamente, o Sr. Lincoln Delgado, agradece a
424 presença de todos. Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião, e eu, Pedro
425 Jorge Ortiz Endrizzi, lavrei a presente ata.



José Lincoln Trigo Delgado de Almeida
Presidente



Pedro Jorge Ortiz Endrizzi
Secretário Executivo